

Artigo 40

O vendedor não poderá invocar as disposições dos artigos 38 e 39 se a desconformidade referir-se a fatos dos quais sabia, ou que não podia ignorar, e que não tenham sido revelados ao comprador.

Article 40

Article 40

The seller is not entitled to rely on the provisions of articles 38 and 39 if the lack of conformity relates to facts of which he knew or could not have been unaware and which he did not disclose to the buyer. *Le vendeur ne peut pas se prévaloir des dispositions des articles 38 et 39 lorsque le défaut de conformité porte sur des faits qu'il connaissait ou ne pouvait ignorer et qu'il n'a pas révélés à l'acheteur.*

I. INTRODUÇÃO.

1. Juntamente com os arts. 38, 39 e 44, o art. 40 fixa a conduta a ser seguida pelo comprador de modo a possibilitar a responsabilização do vendedor pela desconformidade da mercadoria, aferida nos termos dos arts. 35 e 36.
2. O art. 40 representa exceção aos deveres de inspeção e comunicação previstos nos arts. 38 e 39, de modo a afastá-los caso o vendedor conhecesse – real ou fictamente – os fatos relativos à desconformidade, sem, no entanto, tê-los revelado ao comprador.¹

II. COMENTÁRIOS.²

¹ Observa-se que disposição similar está contida no art. 43(2) da Convenção quanto aos direitos e reivindicações de terceiros. Para maiores detalhes, ver art. 43 §**Erro! Fonte de referência não encontrada.-Erro! Fonte de referência não encontrada..**

² Estes comentários foram elaborados no ano de 2013 para obra coletiva que, infelizmente, não veio a ser lançada. O autor planeja atualizá-los mas acredita não ter havido mudanças substanciais de interpretação no período.

1. EXCEÇÃO AO DEVER DE COMUNICAÇÃO.

3. O art. 40 é expressão do princípio geral da boa-fé, manifestado na Convenção através de seu art. 7(1).³ Considerando que os arts. 38 e 39 da Convenção objetivam trazer ao conhecimento do vendedor a desconformidade das mercadorias,⁴ afasta-se a possibilidade de invocar tais artigos quando este já detinha tal informação, e não a repassou ao comprador.⁵ Tal exclusão estende-se inclusive ao art. 39(2).⁶ Poderá igualmente estender-se a obrigações de inspeção e comunicação derivadas do acordo das partes ou de práticas, usos e costumes.⁷

³ GARRO, Alejandro M.. “The Buyer’s ‘Safety Valve’ under Article 40: what is the seller supposed to know and when?”. In *Journal of Law and Commerce*, n. 25, 2005, p.253; LOOKOFSKY, Joseph. “The 1980 United Nations Convention on Contracts for the International Sale of Goods”. In HERBOTS, J.; BLANPAIN, R. (eds.). *International Encyclopaedia of Laws – Contracts*. Haia: Kluwer Law International, 2000, §196; KRÖLL, Stefan. “Article 40”. In KRÖLL, Stefan; MISTELIS, Loukas; VISCASILLAS, Pilar Perales (eds.). *UN Convention on Contracts for the International Sale of Goods (CISG)*. München: C.H. Beck, Hart, Nomos, 2011, §1; ENDERLEIN, Fritz; MASKOW, Dietrich. *International Sales Law*. New York: Oceana Publications, 1992, p.163; Arbitration Institute of the Stockholm Chamber of Commerce, 5.6.1998, CISG-online 379, CLOUT Case No. 237, <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/980605s5.html>. Para maiores detalhes, ver comentários ao art. 7 da Convenção.

⁴ De modo a possibilitar sua remediação ou a preparação de defesa adequada. Ver art 38 §5 e art. 39 §5.

⁵ “Secretariat’s Commentary on the Draft Convention on Contracts for the International Sale of Goods”. A/Conf. 97-5 (United Nations Conference on Contracts for International Sale of Goods: Vienna, 10 March/11 April 1980). *Official Records: Documents of the Conference and Summary Records of the Plenary Meetings and of the Meetings of the Main Committees*, UN Doc. A/CONF.97/19, p.14-66, art. 38; SONO, Kazuaki. “Article 40”. In BIANCA, Cesaro Massimo; BONELL, Michael Joachim (eds.). *Commentary on the International Sales Law*. Milão: Dott. A. Guiffrè, 1987, §2.1. Considerando-se tratar-se de exceção ao direito do vendedor de ser comunicado da desconformidade, já se submeteu que deve ser interpretada restritivamente. Ver GARRO, Alejandro M.. “The Buyer’s ‘Safety Valve’ under Article 40: what is the seller supposed to know and when?”. In *Journal of Law and Commerce*, n. 25, 2005, p.255-256; HUBER, Peter; MULLIS, Alastair. *The CISG: A New Textbook for Students and Practitioners*. München: Sellier, 2007, p.164; Arbitration Institute of the Stockholm Chamber of Commerce, 5.6.1998, CISG-online 379, CLOUT Case No. 237, <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/980605s5.html>. Mas ver KRÖLL, Stefan. “Article 40”. In KRÖLL, Stefan; MISTELIS, Loukas; VISCASILLAS, Pilar Perales (eds.). *UN Convention on Contracts for the International Sale of Goods (CISG)*. München: C.H. Beck, Hart, Nomos, 2011, §3, no sentido de que a necessidade de tal interpretação restritiva não deve ser exagerado.

⁶ HONNOLD, John O.; FLECHTNER, Harry M. *Uniform Law for International Sales under the 1980 United Nations Convention*, 4^a ed. New York: Wolters Kluwer, 2009, art. 40 §260; KRÖLL, Stefan. “Article 40”. In KRÖLL, Stefan; MISTELIS, Loukas; VISCASILLAS, Pilar Perales (eds.). *UN Convention on Contracts for the International Sale of Goods (CISG)*. München: C.H. Beck, Hart, Nomos, 2011, §27; SCHWENZER, Ingeborg. “Article 40”. In SCHWENZER, Ingeborg (ed.). Schlechtriem & Schwenzer: *Commentary on the UN Convention on the International Sale of Goods (CISG)*, 3^a ed. Oxford: Oxford University Press, 2010, §9; SONO, Kazuaki. “Article 40”. In BIANCA, Cesaro Massimo; BONELL, Michael Joachim (eds.). *Commentary on the International Sales Law*. Milão: Dott. A. Guiffrè, 1987, §2.2; Arbitration Institute of the Stockholm Chamber of Commerce, 5.6.1998, CISG-online 379, CLOUT Case No. 237, <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/980605s5.html>.

⁷ SCHWENZER, Ingeborg. “Article 40”. In SCHWENZER, Ingeborg (ed.). Schlechtriem & Schwenzer: *Commentary on the UN Convention on the International Sale of Goods (CISG)*, 3^a ed. Oxford: Oxford University Press, 2010, §9; HONNOLD, John O.; FLECHTNER, Harry M. *Uniform Law for International Sales under the 1980 United Nations Convention*, 4^a ed. New York: Wolters Kluwer, 2009, art. 40 §260. Em sentido mais restrito, KRÖLL, Stefan. “Article 40”. In KRÖLL, Stefan; MISTELIS, Loukas; VISCASILLAS, Pilar Perales (eds.). *UN Convention on Contracts for the International Sale of Goods (CISG)*. München: C.H. Beck, Hart, Nomos, 2011, §7 (segundo o qual tal extensão dependerá de tais provisões objetivarem o mesmo do que o art. 38 e 39 da Convenção).

4. Conquanto o art. 40 esteja sujeito ao art. 6 da Convenção, deve-se considerar que, como manifestação do princípio de que ninguém pode beneficiar-se de sua própria torpeza,⁸ sua alteração não será facilmente presumida⁹ e sua exclusão dificilmente será considerada válida.¹⁰

2. REQUISITOS.

2.1. Fatos que vendedor sabia ou não podia ignorar.

5. Primeiramente, a exceção prevista no art. 40 depende do conhecimento pelo vendedor apenas dos fatos que ocasionaram a desconformidade,¹¹ e não da efetiva existência da desconformidade.¹² O conhecimento deverá relacionar-se à desconformidade que seria objeto da comunicação prevista no art. 39.¹³ Assim, como exemplo, o conhecimento do vendedor sobre defeitos relativos à qualidade não excluirá a aplicação do dever de comunicação quanto a defeitos relativos à quantidade.¹⁴

⁸ Tal princípio – extraído do princípio geral da boa-fé – é comumente observado nas legislações nacionais. Ver SCHWENZER, Ingeborg. “Article 40”. In SCHWENZER, Ingeborg (ed.). Schlechtriem & Schwenzer: *Commentary on the UN Convention on the International Sale of Goods (CISG)*, 3^a ed. Oxford: Oxford University Press, 2010, §11; KRÖLL, Stefan. “Article 40”. In KRÖLL, Stefan; MISTELIS, Loukas; VISCASILLAS, Pilar Perales (eds.). *UN Convention on Contracts for the International Sale of Goods (CISG)*. München: C.H. Beck, Hart, Nomos, 2011, §5.

⁹ KRÖLL, Stefan. “Article 40”. In KRÖLL, Stefan; MISTELIS, Loukas; VISCASILLAS, Pilar Perales (eds.). *UN Convention on Contracts for the International Sale of Goods (CISG)*. München: C.H. Beck, Hart, Nomos, 2011, §4-5.

¹⁰ SCHWENZER, Ingeborg. “Article 40”. In SCHWENZER, Ingeborg (ed.). Schlechtriem & Schwenzer: *Commentary on the UN Convention on the International Sale of Goods (CISG)*, 3^a ed. Oxford: Oxford University Press, 2010, §11; KRÖLL, Stefan. “Article 40”. In KRÖLL, Stefan; MISTELIS, Loukas; VISCASILLAS, Pilar Perales (eds.). *UN Convention on Contracts for the International Sale of Goods (CISG)*. München: C.H. Beck, Hart, Nomos, 2011, §5; HONNOLD, John O.; FLECHITNER, Harry M. *Uniform Law for International Sales under the 1980 United Nations Convention*, 4^a ed. New York: Wolters Kluwer, 2009, art. 40 §260. Ver GARRO, Alejandro M.. “The Buyer’s ‘Safety Valve’ under Article 40: what is the seller supposed to know and when?”. In *Journal of Law and Commerce*, n. 25, 2005, p.259.

¹¹ SONO, Kazuaki. “Article 40”. In BIANCA, Cesaro Massimo; BONELL, Michael Joachim (eds.). *Commentary on the International Sales Law*. Milão: Dott. A. Guiffrè, 1987, §2.2; KRÖLL, Stefan. “Article 40”. In KRÖLL, Stefan; MISTELIS, Loukas; VISCASILLAS, Pilar Perales (eds.). *UN Convention on Contracts for the International Sale of Goods (CISG)*. München: C.H. Beck, Hart, Nomos, 2011, §8.

¹² A título exemplificativo, poderá o vendedor conhecer o fato sem atingir a conclusão de que ocasiona desconformidade.

¹³ GARRO, Alejandro M.. “The Buyer’s ‘Safety Valve’ under Article 40: what is the seller supposed to know and when?”. In *Journal of Law and Commerce*, n. 25, 2005, p.257-258; KRÖLL, Stefan. “Article 40”. In KRÖLL, Stefan; MISTELIS, Loukas; VISCASILLAS, Pilar Perales (eds.). *UN Convention on Contracts for the International Sale of Goods (CISG)*. München: C.H. Beck, Hart, Nomos, 2011, §9; Supreme Court (Israel), 17.3.2009, CISG-online 1980, <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/090317i5.html>, 45. Ver Handelsgericht des Kantons Zürich (Suíça), 30.11.1998, CISG-online 415, CLOUD Case No. 251, <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/981130s1.html>.

¹⁴ Ver Landgericht Landshut (Alemanha), 5.4.1995, CISG-online 193, <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/950405g1.html>.

6. Enquanto “saber” denota efetivo conhecimento,¹⁵ “não poder ignorar” pressupõe que os fatos são aparentes ao vendedor.¹⁶ Não se impõe ao vendedor um dever geral de inspecionar as mercadorias antes da entrega.¹⁷
7. Regra geral, assume-se que o vendedor não pode ignorar tais fatos quando entrega mercadoria de tipo diverso¹⁸ ou com discrepância substancial de quantidade.¹⁹ Tratando-se de desconformidades relativas à qualidade, a posição do vendedor é de grande relevância. O fabricante da mercadoria não pode ignorar, além dos defeitos aparentes, aqueles que se

¹⁵ Ver Landgericht Landshut (Alemanha), 5.4.1995, <http://www.unilex.info/case.cfm?id=121> (no qual o vendedor reconheceu que conhecia a desconformidade antes da entrega da mercadoria).

¹⁶ GARRO, Alejandro M.. “The Buyer’s ‘Safety Valve’ under Article 40: what is the seller supposed to know and when?”. In *Journal of Law and Commerce*, n. 25, 2005, p.257; SCHWENZER, Ingeborg. “Article 40”. In SCHWENZER, Ingeborg (ed.). Schlechtriem & Schwenzer: *Commentary on the UN Convention on the International Sale of Goods (CISG)*, 3^a ed. Oxford: Oxford University Press, 2010, §4; HUBER, Peter; MULLIS, Alastair. *The CISG: A New Textbook for Students and Practitioners*. München: Sellier, 2007, p.165; Landgericht Trier (Alemanha), 12.10.1995, CISG-online 160, CLOUD Case No. 170, <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/951012g1.html> (no qual o vendedor adicionou água ao vinho comercializado, tendo a Corte identificado não apenas conhecimento do fato, mas o intuito de fraudar o comprador); Oberlandesgericht Zweibrücken (Alemanha), 2.2.2004, CISG-online 877, CLOUD Case No. 596, <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/040202g1.html>; Arbitration Institute of the Stockholm Chamber of Commerce, 5.6.1998, CISG-online 379, CLOUD Case No. 237, <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/980605s5.html>. Em sentido contrário, afirmando que inclui casos de negligência grosseira, SCHLECHTRIEM, Peter. *Uniform Sales Law: the UN Convention on Contracts for the International Sale of Goods*. Viena: Manz, 1986, p.70; KRÖLL, Stefan. “Article 40”. In KRÖLL, Stefan; MISTELIS, Loukas; VISCASILLAS, Pilar Perales (eds.). *UN Convention on Contracts for the International Sale of Goods (CISG)*. München: C.H. Beck, Hart, Nomos, 2011, §13; Oberlandesgericht Celle (Alemanha), 10.3.2004, CISG-online 824, CLOUD Case No. 597, <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/040310g1.html>; Oberlandesgericht Düsseldorf (Alemanha), 23.1.2004, CISG-online 918, <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/040123g1.html>; ICC International Court of Arbitration (Arbitragem), 1.6.1999, CISG-online 705. Afirmando incluir casos de negligência simples, ENDERLEIN, Fritz; MASKOW, Dietrich. *International Sales Law*. New York: Oceana Publications, 1992, p.164.

¹⁷ KRÖLL, Stefan. “Article 40”. In KRÖLL, Stefan; MISTELIS, Loukas; VISCASILLAS, Pilar Perales (eds.). *UN Convention on Contracts for the International Sale of Goods (CISG)*. München: C.H. Beck, Hart, Nomos, 2011, §19; SCHWENZER, Ingeborg. “Article 40”. In SCHWENZER, Ingeborg (ed.). Schlechtriem & Schwenzer: *Commentary on the UN Convention on the International Sale of Goods (CISG)*, 3^a ed. Oxford: Oxford University Press, 2010, §5; HUBER, Peter; MULLIS, Alastair. *The CISG: A New Textbook for Students and Practitioners*. München: Sellier, 2007, p.165; Oberlandesgericht Oldenburg (Alemanha), 28.4.2000, CISG-online 683, <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/000428g1.html>.

¹⁸ GARRO, Alejandro M.. “The Buyer’s ‘Safety Valve’ under Article 40: what is the seller supposed to know and when?”. In *Journal of Law and Commerce*, n. 25, 2005, p.258-259; SCHWENZER, Ingeborg. “Article 40”. In SCHWENZER, Ingeborg (ed.). Schlechtriem & Schwenzer: *Commentary on the UN Convention on the International Sale of Goods (CISG)*, 3^a ed. Oxford: Oxford University Press, 2010, §5; KRÖLL, Stefan. “Article 40”. In KRÖLL, Stefan; MISTELIS, Loukas; VISCASILLAS, Pilar Perales (eds.). *UN Convention on Contracts for the International Sale of Goods (CISG)*. München: C.H. Beck, Hart, Nomos, 2011, §15; Oberlandesgericht Zweibrücken (Alemanha), 2.2.2004, CISG-online 877, CLOUD Case No. 596, <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/040202g1.html>; Shanghai First Intermediate People’s Court (China), 25.12.2008, <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/081225c1.html>.

¹⁹ SCHWENZER, Ingeborg. “Article 40”. In SCHWENZER, Ingeborg (ed.). Schlechtriem & Schwenzer: *Commentary on the UN Convention on the International Sale of Goods (CISG)*, 3^a ed. Oxford: Oxford University Press, 2010, §5; KRÖLL, Stefan. “Article 40”. In KRÖLL, Stefan; MISTELIS, Loukas; VISCASILLAS, Pilar Perales (eds.). *UN Convention on Contracts for the International Sale of Goods (CISG)*. München: C.H. Beck, Hart, Nomos, 2011, §15. Em sentido contrário, Landgericht Landshut (Alemanha), 5.4.1995, CISG-online 193, <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/950405g1.html> (no qual não se reconheceu o conhecimento pelo vendedor por não haver evidências de seu conhecimento).

revelariam por simples exame superficial.²⁰ A situação é diversa tratando-se de mero distribuidor, quando serão raras as hipóteses em que este não pode ignorar defeitos não aparentes.²¹

8. O conhecimento detido pelos auxiliares do vendedor – sejam funcionários ou terceiros contratados para a execução do contrato – é a este atribuível.²²
9. Conquanto o art. 40 não estipule o momento em que deva se aferir o conhecimento, o propósito do art. 39²³ revela que tal deve se dar quando do término do prazo para comunicação.²⁴

²⁰ KRÖLL, Stefan. “Article 40”. In KRÖLL, Stefan; MISTELIS, Loukas; VISCASILLAS, Pilar Perales (eds.). *UN Convention on Contracts for the International Sale of Goods (CISG)*. München: C.H. Beck, Hart, Nomos, 2011, §17; SCHWENZER, Ingeborg. “Article 40”. In SCHWENZER, Ingeborg (ed.). Schlechtriem & Schwenzer: *Commentary on the UN Convention on the International Sale of Goods (CISG)*, 3^a ed. Oxford: Oxford University Press, 2010, §5. Nos casos em que o fabricante tem a obrigação de monitorar seus produtos no mercado, como é o caso de automóveis, este também não pode ignorar fatos já revelados em outras transações ou pela mídia especializada. Ver KRÖLL, Stefan. “Article 40”. In KRÖLL, Stefan; MISTELIS, Loukas; VISCASILLAS, Pilar Perales (eds.). *UN Convention on Contracts for the International Sale of Goods (CISG)*. München: C.H. Beck, Hart, Nomos, 2011, §17; SCHWENZER, Ingeborg. “Article 40”. In SCHWENZER, Ingeborg (ed.). Schlechtriem & Schwenzer: *Commentary on the UN Convention on the International Sale of Goods (CISG)*, 3^a ed. Oxford: Oxford University Press, 2010, §5.

²¹ Ver SCHWENZER, Ingeborg. “Article 40”. In SCHWENZER, Ingeborg (ed.). Schlechtriem & Schwenzer: *Commentary on the UN Convention on the International Sale of Goods (CISG)*, 3^a ed. Oxford: Oxford University Press, 2010, §5; KRÖLL, Stefan. “Article 40”. In KRÖLL, Stefan; MISTELIS, Loukas; VISCASILLAS, Pilar Perales (eds.). *UN Convention on Contracts for the International Sale of Goods (CISG)*. München: C.H. Beck, Hart, Nomos, 2011, §18 (citando como exemplo a hipótese de já existirem evidências da desconformidade e o distribuidor ainda assim não examinar a mercadoria).

²² SCHWENZER, Ingeborg. “Article 40”. In SCHWENZER, Ingeborg (ed.). Schlechtriem & Schwenzer: *Commentary on the UN Convention on the International Sale of Goods (CISG)*, 3^a ed. Oxford: Oxford University Press, 2010, §6 (excluindo responsabilidade do vendedor por peritos examinando a mercadoria a pedido de ambas as partes); KRÖLL, Stefan. “Article 40”. In KRÖLL, Stefan; MISTELIS, Loukas; VISCASILLAS, Pilar Perales (eds.). *UN Convention on Contracts for the International Sale of Goods (CISG)*. München: C.H. Beck, Hart, Nomos, 2011, §21 (excluindo não apenas os peritos, mas também os fornecedores do vendedor); ICC International Court of Arbitration (Arbitragem), 1.6.1999, CISG-online 705. Aplicando tal responsabilidade apenas a funcionários, mas não a contratados, ENDERLEIN, Fritz; MASKOW, Dietrich. *International Sales Law*. New York: Oceana Publications, 1992, p.164.

²³ Ver art. 39 §5.

²⁴ KRÖLL, Stefan. “Article 40”. In KRÖLL, Stefan; MISTELIS, Loukas; VISCASILLAS, Pilar Perales (eds.). *UN Convention on Contracts for the International Sale of Goods (CISG)*. München: C.H. Beck, Hart, Nomos, 2011, §23; HONNOLD, John O.; FLECHTNER, Harry M. *Uniform Law for International Sales under the 1980 United Nations Convention*, 4^a ed. New York: Wolters Kluwer, 2009, art. 40 §260; SCHWENZER, Ingeborg. “Article 40”. In SCHWENZER, Ingeborg (ed.). Schlechtriem & Schwenzer: *Commentary on the UN Convention on the International Sale of Goods (CISG)*, 3^a ed. Oxford: Oxford University Press, 2010, §8. Em sentido contrário, GARRO, Alejandro M.. “The Buyer’s ‘Safety Valve’ under Article 40: what is the seller supposed to know and when?”. In *Journal of Law and Commerce*, n. 25, 2005, p.256 (deve preceder a entrega física da mercadoria e o término do prazo para comunicação); ENDERLEIN, Fritz; MASKOW, Dietrich. *International Sales Law*. New York: Oceana Publications, 1992, p.164 (deve haver conhecimento quando da entrega física dos bens); Landgericht Landshut (Alemanha), 5.4.1995, CISG-online 193, <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/950405g1.html> (exigindo conhecimento quando da passagem de risco).

2.1. Não revelação ao comprador.

10. Além de conhecer – ou não poder ignorar – os fatos, o vendedor não poderá tê-los revelado ao comprador para que a exceção do art. 40 se aplique.²⁵ O requisito é de pouca importância prática. Caso a revelação ocorra até o momento da conclusão do contrato, a responsabilidade do vendedor pela desconformidade já restaria afastada nos termos do art. 35(3) da Convenção.²⁶ E, caso ocorra posteriormente, dificilmente se justificaria exigir que o comprador comunicasse a desconformidade.²⁷ Assim, o único caso em que o requisito parece se justificar é quando o vendedor revela o risco de haver defeito, quando então seria razoável exigir comunicação do comprador na hipótese de o risco se concretizar.²⁸

3. ÔNUS DA PROVA.

11. Não há presunção de que o vendedor conhecia os fatos.²⁹ Recairá sobre o comprador o ônus de provar seu conhecimento real ou ficto dos fatos relacionados à desconformidade.³⁰ Poderá

²⁵ Não se exige que o vendedor tenha agido de má-fé ou com o intuito de fraudar o comprador (KRÖLL, Stefan. “Article 40”. In KRÖLL, Stefan; MISTELIS, Loukas; VISCASILLAS, Pilar Perales (eds.). *UN Convention on Contracts for the International Sale of Goods (CISG)*. München: C.H. Beck, Hart, Nomos, 2011, §11). Em sentido contrário, aparentemente exigindo que haja má-fé, Oberlandesgericht Zweibrücken (Alemanha), 2.2.2004, CISG-online 877, CLOUD Case No. 596, <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/040202g1.html>.

²⁶ SCHWENZER, Ingeborg. “Article 40”. In SCHWENZER, Ingeborg (ed.). Schlechtriem & Schwenzer: *Commentary on the UN Convention on the International Sale of Goods (CISG)*, 3^a ed. Oxford: Oxford University Press, 2010, §7; KRÖLL, Stefan. “Article 40”. In KRÖLL, Stefan; MISTELIS, Loukas; VISCASILLAS, Pilar Perales (eds.). *UN Convention on Contracts for the International Sale of Goods (CISG)*. München: C.H. Beck, Hart, Nomos, 2011, §24; GARRO, Alejandro M.. “The Buyer’s ‘Safety Valve’ under Article 40: what is the seller supposed to know and when?”. In *Journal of Law and Commerce*, n. 25, 2005, p.255; HUBER, Peter; MULLIS, Alastair. *The CISG: A New Textbook for Students and Practitioners*. München: Sellier, 2007, p.165. Para maiores detalhes, ver art. 35 §**Erro! Fonte de referência não encontrada.-Erro! Fonte de referência não encontrada.**

²⁷ SCHWENZER, Ingeborg. “Article 40”. In SCHWENZER, Ingeborg (ed.). Schlechtriem & Schwenzer: *Commentary on the UN Convention on the International Sale of Goods (CISG)*, 3^a ed. Oxford: Oxford University Press, 2010, §7; GARRO, Alejandro M.. “The Buyer’s ‘Safety Valve’ under Article 40: what is the seller supposed to know and when?”. In *Journal of Law and Commerce*, n. 25, 2005, p.255; HONNOLD, John O.; FLECHTNER, Harry M. *Uniform Law for International Sales under the 1980 United Nations Convention*, 4^a ed. New York: Wolters Kluwer, 2009, art. 40 §260; KRÖLL, Stefan. “Article 40”. In KRÖLL, Stefan; MISTELIS, Loukas; VISCASILLAS, Pilar Perales (eds.). *UN Convention on Contracts for the International Sale of Goods (CISG)*. München: C.H. Beck, Hart, Nomos, 2011, §24 (salientando que, caso a revelação ocorra antes da entrega, o princípio da boa-fé poderá exigir que o comprador comunique se aceita ou não a entrega).

²⁸ SCHWENZER, Ingeborg. “Article 40”. In SCHWENZER, Ingeborg (ed.). Schlechtriem & Schwenzer: *Commentary on the UN Convention on the International Sale of Goods (CISG)*, 3^a ed. Oxford: Oxford University Press, 2010, §7. Em sentido diverso, ver GARRO, Alejandro M.. “The Buyer’s ‘Safety Valve’ under Article 40: what is the seller supposed to know and when?”. In *Journal of Law and Commerce*, n. 25, 2005, p.255 (não é suficiente para a aplicação do art. 40 que o vendedor apenas deixe o comprador deduzir que há riscos de desconformidade).

²⁹ KRÖLL, Stefan. “Article 40”. In KRÖLL, Stefan; MISTELIS, Loukas; VISCASILLAS, Pilar Perales (eds.). *UN Convention on Contracts for the International Sale of Goods (CISG)*. München: C.H. Beck, Hart, Nomos, 2011, §29; Hof van Beroep Gent (Bélgica), 28.1.2004, CISG-online 830, <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/040128b1.html>.

³⁰ KRÖLL, Stefan. “Article 40”. In KRÖLL, Stefan; MISTELIS, Loukas; VISCASILLAS, Pilar Perales (eds.). *UN Convention on Contracts for the International Sale of Goods (CISG)*. München: C.H. Beck, Hart, Nomos, 2011, §28; GARRO, Alejandro M.. “The Buyer’s ‘Safety Valve’ under Article 40: what is the seller supposed to know and when?”. In *Journal of Law and Commerce*, n. 25, 2005, p.253-254; SCHWENZER, Ingeborg. “Article 40”. In SCHWENZER, Ingeborg (ed.). Schlechtriem & Schwenzer: *Commentary on the UN Convention on the International*

haver inversão de tal ônus caso o comprador prove fato originário da esfera de responsabilidade do vendedor que este presumidamente não podia ignorar. Na hipótese, caberá ao vendedor provar a existência de situações que afastariam tal presunção.³¹

12. Comprovado que o vendedor conhecia o fato, caberá a este demonstrar que o revelou ao comprador.³²

III. BREVÍSSIMAS NOTAS SOBRE O DIREITO INTERNO

13. O Código Civil Brasileiro não possui disposição semelhante àquela do presente artigo da Convenção. O único efeito dado ao conhecimento do vício pelo alienante é o agravamento da responsabilidade que se lhe impõe. Nos termos do art. 443 do Código Civil, enquanto o vício conhecido resulta na restituição do que recebeu o alienante com perdas e danos, o desconhecido resulta apenas na restituição do que recebeu e das despesas do contrato.

Sale of Goods (CISG), 3^a ed. Oxford: Oxford University Press, 2010, §12; HUBER, Peter; MULLIS, Alastair. *The CISG: A New Textbook for Students and Practitioners*. München: Sellier, 2007, p.164; Bundesgerichtshof (Alemanha), 30.6.2004, CISG-online 847, CLOUT Case No. 773, <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/040630g1.html>; Handelsgericht des Kantons Zürich (Suíça), 30.11.1998, CISG-online 415, CLOUT Case No. 251, <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/981130s1.html>; Landgericht Stendal (Alemanha), 12.10.2000, CISG-online 592, <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/001012g1.html>.

³¹ GARRO, Alejandro M.. “The Buyer’s ‘Safety Valve’ under Article 40: what is the seller supposed to know and when?”. In *Journal of Law and Commerce*, n. 25, 2005, p.254; SCHWENZER, Ingeborg. “Article 40”. In SCHWENZER, Ingeborg (ed.). Schlechtriem & Schwenzer: *Commentary on the UN Convention on the International Sale of Goods (CISG)*, 3^a ed. Oxford: Oxford University Press, 2010, §12; KRÖLL, Stefan. “Article 40”. In KRÖLL, Stefan; MISTELIS, Loukas; VISCASILLAS, Pilar Perales (eds.). *UN Convention on Contracts for the International Sale of Goods (CISG)*. München: C.H. Beck, Hart, Nomos, 2011, §30. Cf. Bundesgerichtshof (Alemanha), 30.6.2004, CISG-online 847, CLOUT Case No. 773, <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/040630g1.html>.

³² SCHWENZER, Ingeborg. “Article 40”. In SCHWENZER, Ingeborg (ed.). Schlechtriem & Schwenzer: *Commentary on the UN Convention on the International Sale of Goods (CISG)*, 3^a ed. Oxford: Oxford University Press, 2010, §12; KRÖLL, Stefan. “Article 40”. In KRÖLL, Stefan; MISTELIS, Loukas; VISCASILLAS, Pilar Perales (eds.). *UN Convention on Contracts for the International Sale of Goods (CISG)*. München: C.H. Beck, Hart, Nomos, 2011, §31. Ver Landgericht Landshut (Alemanha), 5.4.1995, CISG-online 193, <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/950405g1.html>.